



## O ENSINO DE GEOGRAFIA E O CONCEITO DE IDENTIDADE DE GÊNERO: possibilidade de abordagem da temática em sala de aula

Giovana Silva Rocha  
giovana.silva.rocha@uel.br

---

Especialista em Ensino de Geografia pela  
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0164-5172>

Margarida de Cássia Campos  
mcassiacampos@uel.br

---

Professora Doutora do curso de Geografia da  
Universidade Estadual de Londrina (UEL) e  
do Programa de Mestrado Profissional de  
Sociologia em Rede e do Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4082-6037>

### RESUMO

O presente trabalho visa contribuir para o entendimento acerca dos conteúdos relacionados ao conceito de identidade de gênero e da importância da abordagem nas aulas de Geografia. Para isso, foi aplicado um questionário a 10 professores/as de Geografia que atuam no município de Londrina, com vistas a apreender suas concepções acerca do assunto e a maneira como contextualizam o conteúdo durante a ação docente, partindo da premissa de que identidade de gênero foi um dos conceitos excluídos da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico com obras que atentam para a temática da identidade de gênero e do ensino de Geografia, e, posteriormente à aplicação dos questionários, os dados coletados foram organizados em gráficos e tabelas, de modo a facilitar sua leitura. Por fim, a pesquisa pôde constatar que nove entre 10 dos/as profissionais que responderam às perguntas mostram interesse em abordar o conceito em sala de aula, mesmo que sofram alguns empecilhos por parte das escolas e dos/as estudantes.

### PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Geografia, Docentes, Identidade de Gênero

## THE TEACHING OF GEOGRAPHY AND THE CONCEPT OF GENDER IDENTITY: possibilities for approaching the theme in the classroom

### ABSTRACT

The present work contributes to the understanding about the contents related to the concept of gender identity and the importance of the approach in Geography classes. For this, a questionnaire was applied to 10 Geography teachers working at Londrina, aiming to apprehend their conceptions about the subject and the way they contextualize the content during the teaching action, based on the premise that gender identity was one of the concepts excluded from the Common National Curricular Base (BRASIL, 2018). For this, a bibliographic survey was conducted with works that focus on the theme of gender identity and the teaching of Geography, and, after the application of questionnaires, the data collected were organized in graphs and tables, in order to facilitate their reading. Finally, the research showed that nine out of 10 of the professionals who answered the questions are interested in approaching the concept in the classroom, even if they face some obstacles from schools and students.

### KEYWORDS

Geography Teaching, Teachers, Gender Identity

### Introdução

O presente trabalho parte de uma pesquisa realizada no curso de [omitido para avaliação] com dez professores/as de Geografia que atuam no município de Londrina. O objetivo deste artigo consiste em identificar as concepções desses/as docentes no que se refere às abordagens do conceito de identidade de gênero no ambiente escolar, sem ignorar o fato de que, nos últimos anos, o conteúdo foi excluído da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), dificultando sua discussão com os/as estudantes.

A respeito disso, entende-se que o momento histórico e político pelo qual o Brasil atravessa favorece a atuação de grupos conservadores, que disputam o currículo escolar a partir da interdição de discussões mais plurais e inclusivas. Outrossim, houve uma interdição significativa no avanço de políticas públicas progressistas após 2016, e a educação foi uma das primeiras a sofrer as consequências desse processo.

Para observar as concepções a respeito do assunto, bem como a maneira como o contexto político, com implicações na formulação de política educacional, tem influenciado a ação docente, foi aplicado um questionário a alguns/as professores/as de

Geografia que lecionam em diferentes colégios públicos do município. Vale destacar que os questionários foram enviados e respondidos entre os meses de junho e agosto de 2020.

Ao longo do estudo, também se buscou analisar a ofensiva conservadora que atinge as discussões de gênero ao redor do mundo, entendendo que o Brasil não é o único país em que o debate nas escolas sofre interdições, por meio das ações da mídia, dos grupos religiosos reacionários e da sociedade civil organizada. No que se refere a essa ofensiva conservadora, a discussão aqui apresentada produz um esforço de compreensão de como a chamada cruzada antigênero (JUNQUEIRA, 2016) atua ao redor do mundo, atingindo diretamente os currículos escolares, bem como suas ramificações no Brasil.

## Metodologia

Para atingir o objetivo proposto, o caminho escolhido foi a realização de uma pesquisa do tipo qualitativa, com ênfase em uma abordagem interpretativa, que se propõe a expressar o fenômeno estudado, dando mais liberdade e novas possibilidades para as pesquisadoras no entendimento da realidade. Como procedimento metodológico, realizou-se, em um primeiro momento, um levantamento bibliográfico acerca do assunto, na tentativa de compreender o conceito de identidade de gênero e a importância de sua abordagem no ambiente escolar, em especial por meio dos conteúdos geográficos. Também se achou necessário o estudo de documentos no que se refere ao currículo da educação básica – BNCC (BRASIL, 2018) e Diretrizes Nacionais de Educação Básica (BRASIL, 2013a). Além disso, foram levantados trabalhos referentes às disputas em âmbito mundial acerca das teorias feministas e de gênero, abordando a maneira como elas sofreram e ainda sofrem ataques de grupos conservadores.

Posteriormente, foram aplicados questionários a professores/as de Geografia que atuam no município de Londrina-PR, com o intuito de problematizar a discussão a respeito das bases teóricas antes recolhidas. Esses questionários contavam com seis perguntas, em que somente duas delas eram fechadas, ou seja, havia opções (sim ou não) para que esses/as profissionais selecionassem, e as outras quatro eram abertas, em que eles/as estavam livres para responder conforme suas perspectivas. Os questionamentos foram organizados por meio de um formulário *online* e enviados aos/as professores/as por

*e-mail* e/ou *WhatsApp*. Importante pontuar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade em questão.

Depois, os dados coletados a partir das respostas foram organizados em quadros e gráficos, a fim de que a exposição deles se mostrasse de maneira mais sucinta e didática. Essa organização se deu de maneira a reproduzir fielmente as falas dos/as professores/as, de modo que elas foram agrupadas conforme as concepções estivessem em concordância, mas em nenhum momento as interpretações das autoras se sobrepõem às falas dos sujeitos da pesquisa na tentativa de facilitar a compreensão.

## Identidade de gênero e ensino de Geografia

Atualmente, entende-se que o conceito de gênero é amplo e complexo, pois se trata de uma construção histórica e social e que considera as características pessoais na autoclassificação. Além disso, o gênero, como é conhecido hoje, se relaciona com gestos, interesses, gostos e escolhas, não apenas ao que é determinado pela estrutura biológica (COSTA; ANTONIAZZI, 1999).

Na visão de Beauvoir (1967), o conceito do gênero feminino é constituído como contrário ao do outro, que é o masculino. Desde a infância, os espaços e as funções reservadas às meninas são aqueles ligados ao doméstico, à família, ao cuidado e à ausência da tomada de decisões, enquanto aos meninos é reservado o direito de escolha, a liberdade e a soberania. Entende-se que essas imposições e expectativas são construídas e alimentadas ao longo de toda a vida, reservando-se para elas apenas a submissão.

Para Davis (2016), historicamente, os espaços domésticos e as funções estritamente ligadas à família eram exclusivos de mulheres brancas e burguesas, visto que as brancas pobres foram destinadas ao trabalho nas fábricas e, por fim, as negras, no período pós-abolição da escravização, foram direcionadas a condições de exploração e violências extremas, seja como empregadas domésticas ou trabalhando na agricultura, por exemplo. Por conta disso, é necessário analisar essas relações com extremo cuidado, de maneira a não excluir as subjetividades e homogeneizar as opressões, no sentido de adicionar, a essa leitura, o modo como a interseccionalidade, ou seja, a união de diversas características e identidades e, conseqüentemente, de cruzamento de opressões atua nessas relações.

Durante muito tempo, o gênero foi estritamente ligado ao conceito de sexo biológico, resumindo-se, então, a uma imposição desde o nascimento. Segundo Grossi (1998), esse pensamento passou a ser questionado a partir da emergência de estudos e pesquisas feministas na segunda metade do século XX, uma vez que mulheres pesquisadoras passaram a questionar os espaços e os protagonismos destinados aos homens em todos os ambientes e relações.

A respeito disso, Louro (2008) ressalta que a identidade de gênero varia conforme o tempo, a localização e a cultura em que se está inserido/a. Por exemplo, homens e mulheres não ocupam as mesmas posições e os mesmos espaços em todos os países ou são valorizados/as igualmente pelas diversas religiões e culturas, e essas diferenças se mostram também presentes conforme o tempo histórico, variando as significações dos gêneros.

Entretanto, mesmo entendendo que isso passa por alterações, atualmente a normatividade no mundo ocidental e no Brasil, especificamente, é a dualidade homem-mulher, bem como a heteronormatividade, excluindo os outros diversos gêneros existentes e as outras formas de sexualidade. Isso é um problema, pois quando não são cumpridas as expectativas impostas aos seres humanos, as pessoas sofrem com a exclusão, o preconceito e a discriminação.

A estas outras categorias, denominam-se, segundo Faleiros (2007), de “gêneros não-masculinos”. Para ela, esses outros grupos de pessoas foram e ainda são negados e invisibilizados pela sociedade patriarcal vigente. Mais do que isso, não é respeitado o direito dos indivíduos de afirmar sua orientação sexual quando esta não for heterossexual masculina. Segundo a autora, a manutenção de tal heteronormatividade é dada da seguinte forma:

Numa sociedade patriarcal, adultocêntrica, machista, autoritária e desigual como a brasileira, existe ainda muita resistência ao fato de que todos os cidadãos devem ter direitos iguais – e mesmo que têm direitos. Não é por acaso que no Brasil as crianças, as mulheres, os homossexuais masculinos, os transexuais e os travestis não gozam de direitos identitários, sociais e políticos. Em virtude dessa não-cidadania, as violências perpetradas contra esses grupos não são levadas em conta. Dominá-los, golpeá-los, humilhá-los, eliminá-los física e socialmente é aceito como o correto, como o que deve ser feito para mantê-los em seu lugar de inferiores e subalternos. (FALEIROS, 2007, p. 64).

Mas, mesmo que se perceba no Brasil essa discriminação de maneira significativa, isso não acontece somente neste país. Em todo o mundo, pode-se perceber uma ofensiva contra à presença e à afirmação de pessoas cuja identidade de gênero não cumpre a expectativa que lhes é imposta.

Essa ofensiva ganha espaço, em um primeiro momento, na Igreja Católica, que, a partir de diversos escritos e comunicados<sup>1</sup>, disseminou a ideia de que as identidades de gênero não podem ser tratadas enquanto algo social, mas biológico. Além disso, criou-se um consenso entre religiosos de que intelectuais feministas e estudiosos/as de gênero são radicais e que desejam reduzir a importância das famílias no processo de formação de crianças e jovens, o que é uma inverdade. Portanto, por conta da força e reputação que o cristianismo tem ao redor do mundo, criou-se a ideia de que existe atualmente uma *ideologia de gênero* (termo utilizado para caracterizá-lo enquanto algo estritamente político) que somente serve para a destruição das crenças e valores familiares (JUNQUEIRA, 2016).

Mas, segundo Aguiar (1997), os estudos dessa temática contestam exclusivamente a conjuntura de família patriarcal, em que o único detentor do poder e dos direitos é o pai. A autoridade patriarcal é aquela que controla todas as instâncias da vida de seus familiares, relegando a eles/as a obediência e o respeito às suas decisões. Portanto, são essas pesquisas de gênero que vão colocar em xeque o patriarcalismo e as famílias organizadas dentro desses parâmetros, que, por sua vez, foram – e ainda são, em muitos casos – defendidos pelo Cristianismo.

Além disso, para Vianna e Bortolini (2020), ao se assumir como porta-voz dos direitos humanos e das mulheres, a Igreja Católica inicia uma cruzada antigênero, criticando teorias feministas em todo o mundo, tanto no que se refere às denominações de gênero, quanto à orientação sexual e às configurações familiares.

Segundo Junqueira (2016), a primeira instituição a sofrer ataques da comunidade antigênero foi a escola, pressionada pelos governos municipais, estaduais e federal para que as discussões referentes ao conceito de identidade de gênero sejam suprimidas dos currículos.

É preciso destacar também o fato de que essa cruzada antigênero ganha espaço não somente no Brasil, mas em países ao redor do mundo, desde os considerados desenvolvidos como Estados Unidos, Alemanha, Austrália, etc., até os países em desenvolvimento, como, por exemplo, África do Sul, Chile, México, etc., somente para citar alguns. A partir disso, é possível perceber a influência desse pensamento em todo o globo, mesmo que cada país possua suas particularidades (JUNQUEIRA, 2016).

---

<sup>1</sup> Carta de João Paulo II às Famílias (1994); La ideología de género: sus peligros y alcances (1998); Família, Matrimônio e “uniões de fato” (2000); Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas (2003); Carta aos Bispos da Igreja sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo (2004); Discurso à Cúria Romana por Ocasião dos Votos de Feliz Natal (2008); Discurso à Cúria Romana na Apresentação de Votos Natalícios (2012).

O Brasil, nesse aspecto, assume destaque ainda maior no cenário político, pois a discussão sobre o currículo nacional tem sido tensionada por grupos conservadores, compostos por religiosos cristãos ou não, como é o caso do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Movimento Escola Sem Partido (ESP). Tais grupos se capilarizaram nos vários espaços de disputa dos debates de definição dos conteúdos e concepções educacionais, em especial, a partir da primeira década do século XXI e conseguiram impor suas ideias, como, por exemplo, no Plano Nacional de Educação sancionado em 2014 que expressa apenas que a educação deve agir no combate a todos os tipos de discriminação, de forma generalizada, não especificando, portanto, o que de fato deve ser combatido. Além do mais, lograram, por meio de muita pressão, excluir do documento final qualquer menção ao conceito de identidade de gênero, bem como de orientação sexual.

Por conta desse movimento nacional, que se estendeu também pelos Estados, somente sete deles, no seu Plano Estadual de Educação (PED), apresenta referência específica aos conceitos de gênero e sexualidade (AM, BA, MA, MT, MTS, PA, RR). A respeito da abdicação dos conceitos, três Estados não fazem menção a eles (GO, PE, SP) e um deles (CE) proíbe seu uso em sala de aula. A respeito dos outros Estados brasileiros, ainda não houve consenso quanto ao tratamento das questões (VIANNA; BORTOLINI, 2020).

Especificamente no que se refere ao município de Londrina-PR, a Câmara de Vereadores/as realizou votação em 2018 para que a chamada “ideologia” de gênero fosse retirada dos currículos escolares municipais, justamente por pressão do Movimento Escola Sem Partido. A maioria dos/as votantes foi a favor da decisão (dos/as 19 parlamentares, 15 foram favoráveis ao Projeto de lei), proibindo então a abordagem do assunto na Educação Básica. Entretanto, vale ressaltar que, em 2020, por ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), o Supremo Tribunal Federal derrubou essa decisão porque a considerou inconstitucional, uma vez que essa determinação não pode ser tomada pelo município (MACHADO, 2020).

Paralelamente, essa ofensiva conservadora também se mostrou presente no currículo nacional que norteia os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) publicada em 2018 não menciona a discussão de gênero e diversidade sexual em nenhum descritor de habilidades dos componentes curriculares da educação básica, demonstrando um retrocesso no que se refere ao tratamento de questões pertinentes à construção de saberes de reconhecimento, respeito e valorização das diferenças.

No que se refere às diversas versões às quais a BNCC foi submetida, observa-se que a primeira delas, elaborada em 2015 por especialistas da educação, traz a discussão de gênero em uma perspectiva de respeito e valorização das identidades para a construção do conhecimento de diferentes disciplinas (BRASIL, 2015). Posteriormente, em 2016, uma segunda versão foi proposta. Nesse momento, o gênero aparece somente como componente para a construção de princípios éticos (BRASIL, 2016). Por fim, a última versão do documento, instituída no governo Michel Temer (BRASIL, 2018), exclui todo e qualquer diálogo com o conceito, em consonância com os grupos religiosos extremistas, demonstrando um profundo retrocesso nos debates realizados no campo de produção de políticas públicas educacionais desde a redemocratização no final da década de 80.

Ao contrário desse documento, os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados no final da década de 90, currículo anterior à BNCC, preconizava que as diversas identidades deveriam ser abordadas de modo a não reproduzir os estereótipos de gênero no ambiente escolar, entendendo que é na escola que os/as estudantes têm a oportunidade de se posicionar diante das situações postas ao longo de suas vidas, que vão além dos conteúdos selecionados de cada disciplina. Os PCNs, em especial no volume dos temas transversais de Orientação Sexual e Pluralidade Cultural, também definiam a importância de abordar questões atuais e urgentes que cercavam a vida das crianças e adolescentes brasileiros/as, entre eles os preconceitos e tipos de violência, sempre com vistas a transformar a realidade por meio do ensino dos conteúdos nas disciplinas ministradas (BRASIL, 1997).

Resumindo, a importância dessa abordagem reside na própria busca pela ruptura da estrutura vigente e do enfrentamento de estereótipos de gênero preestabelecidos, bem como a conscientização de que os gêneros possuem valores e qualidades e que devem ser reconhecidos igualmente em todos os âmbitos da sociedade. Mas, atualmente, percebem-se os empecilhos encontrados por professores/as ao abordar esses temas, uma vez que a BNCC não apresenta a discussão sobre gênero como um conteúdo válido. Em contraponto, as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2013b) ressalta, logo na Introdução, que a promoção de uma educação democrática capaz de questionar os sistemas de opressão como racismo, sexismo e homofobia, entre outros, apenas será possível por meio do reconhecimento e da valorização da diversidade humana de credo religioso, étnico-racial, faixa etária, identidade de gênero, pessoas com deficiência e com altas habilidades. Ao longo desse documento, a identidade de gênero aparece como conteúdo da educação básica, em especial no tópico que aponta os

princípios da educação para os Direitos Humanos, portanto, mesmo que a BNCC não apresente a identidade de gênero como conteúdo curricular da educação básica, as Diretrizes em Direitos Humanos permitem a discussão desse conceito em sala de aula.

Cabe acrescentar que, sendo a Geografia uma ciência que deve ser capaz de analisar complexamente a realidade, englobando aspectos físicos e sociais do espaço (GOMES, 2009), ela também tem como objetivo a abordagem completa de perspectivas diferentes, levando em conta a diversidade dos gêneros existentes. Somente dessa maneira é possível que se compreenda a complexidade do espaço em sua totalidade.

Para Cavalcanti (1998), o ensino de Geografia deve contribuir para que estudantes possam realizar análises críticas acerca do local e do global, mas sempre partindo daquilo que se conhece, que está próximo de sua realidade. Por isso, cabe aos/as professores/as auxiliar no processo de maneira a aproximar cada vez mais os conteúdos científicos dos objetos conhecidos, mesmo que isso ainda não aconteça muitas vezes, visto que a educação geográfica escolar ainda trabalha de modo formal e alheio às questões próximas àquelas vivenciadas pelos/as alunos/as.

Por conta disso, percebe-se cada vez mais a importância de uma abordagem coerente em sala de aula a respeito das identidades de gênero, pois é algo comum à vida das pessoas, não estando alheia a esse processo. Por fim, pode-se concluir que o ambiente escolar deve ser um espaço de convivência e construção de conhecimentos que, para além dos conteúdos selecionados pelas diversas disciplinas, tenham como intuito a formação cidadã com vistas ao enfrentamento de inúmeras violências, entre elas, aquela que está diretamente relacionada aos gêneros dos meninos e das meninas, desde que sejam compreendidos a partir de uma perspectiva crítica que não reproduza estereótipos preestabelecidos. No que se refere à contribuição do ensino de Geografia para que essa finalidade seja cumprida, entende-se que é uma ciência que, a partir de suas análises, pode abordar adequadamente as diferentes identidades de gênero e como isso impacta nas relações que estão postas na sociedade atual.

## Resultados e Discussão

Para compreender a maneira como o conceito de identidade de gênero é abordado por professores/as do município de Londrina, aplicou-se um questionário a 10 profissionais acerca do assunto. A respeito disso, pode-se perceber que quase todos/as

possuem uma concepção aliada com o que é trabalhado neste artigo, como é possível observar no Quadro 1.

Quadro 1: Concepções dos/as professores/as a respeito da identidade de gênero

<b>O que você entende por identidade de gênero?</b>	
<b>Número de respostas</b>	<b>Respostas</b>
5	É como a pessoa se identifica
2	É relacionada à identificação com o corpo e com a sua orientação sexual
1	É a experiência com o próprio gênero
1	É a opção sexual da pessoa
1	É uma autoclassificação do gênero humano quanto às formas de ser e existir

Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Autoras, 2021.

Como espelha o Quadro 1, 5 entrevistados/as responderam ao questionamento se referindo à própria identificação da pessoa quanto ao gênero, podendo ser aquele que lhe é atribuído ou não ao nascimento, uma vez que a identificação pode variar, e essas pessoas podem não se reconhecer com o que lhes é imposto pela sociedade e pelo sexo biológico. São, desse modo, caracterizadas como transgêneros, enquanto aquelas que se reconhecem naquilo que fora determinado pelo sexo são as pessoas consideradas cisgêneros. Da mesma forma, duas outras respostas se voltaram para a experiência com o próprio gênero também ligando o conceito de identidade de gênero a uma autoclassificação, o que está relacionado, mais uma vez, com a autopercepção dessas pessoas e com a forma como elas se expressam nos espaços que ocupam, levando sempre em consideração o autoconhecimento (JESUS, 2012).

No que se refere às outras duas respostas, estas estão relacionadas à sexualidade, o que, segundo Jesus (2012), é uma maneira incoerente de analisar os diferentes gêneros, uma vez que gênero e sexualidade são independentes, pois a identidade de gênero correlaciona-se com as estruturas sociais e políticas, enquanto a sexualidade está atrelada aos desejos afetivos.

Além disso, também se destaca o fato de um/a desses/as entrevistados/as ter utilizado a expressão “opção sexual”, que aborda a questão de maneira equivocada, uma vez que a sexualidade não se trata de uma escolha. Portanto, a afirmação da coerência do termo orientação sexual “se deve ao temor de que pessoas homofóbicas possam usar

o argumento de que se há a possibilidade de escolhas, por que não escolhem a heterossexualidade, tida como compulsória, verdadeira e natural” (OLIVEIRA Jr; MAIO, 2013, p. 9).

Já no gráfico da Figura1, pode-se observar que a grande maioria dos/as professores/as que responderam ao questionário, considera importante abordar o conceito de identidade de gênero na sala de aula.

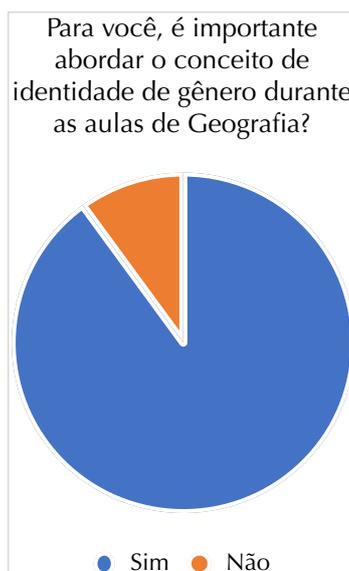


Figura 1: Concepções referentes à importância da abordagem da identidade de gênero em sala de aula  
Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Autoras, 2021.

A partir das respostas, 9 dos/as entrevistados/as consideram que o conceito de identidade de gênero deve ser abordado durante as aulas de Geografia no Ensino Básico, o que demonstra que tais profissionais estão preocupados/as em problematizar os conteúdos necessários para o combate à discriminação, nesse caso, a discriminação de gênero. Isso se mostra válido, uma vez que esses/as professores/as buscam conhecimentos e novas informações mesmo que, muitas vezes, a prática docente não estimule tal fato, sendo burocrática e sem incentivos (SAVIANI, 2011).

Paralelamente ao resultado do gráfico anterior, também foram questionadas as justificativas pelas quais os/as entrevistados/as acreditam que é importante abordar a identidade de gênero durante as aulas de Geografia, como exposto no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Justificativas a respeito da importância de abordar a identidade de gênero nas aulas de Geografia

Justifique a resposta anterior	
Número de respostas	Respostas
7	Por questão de respeito/combate ao <i>bullying</i> /construção de habilidades socioemocionais/ combate à violência/ busca pela humanização/ desconstruir preconceitos e falas de ódio, para produzir uma educação inclusiva e acolher as diversidades de gênero presentes na sala de aula/ contribuir para a construção do sujeito.
1	É importante pois o tema é muito falado na atualidade
1	É um tema que não me proponho adentrar, pois é muito amplo e as aulas de geografia são poucas.
1	Para que se possa ampliar o debate sobre o assunto

Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Autoras, 2021.

Percebe-se, portanto, que 7 professores/as atribuem essa necessidade ao fato de que o ensino de geografia deve atuar de modo a combater a violência e a discriminação, além de desconstruir falas de ódio e preconceito que permeiam a vida dos/as estudantes. Essas concepções são fundamentais, pois, como salientam Vígano e Laffin (2017), sabe-se que ainda hoje a escola reproduz as desigualdades que estão enraizadas na sociedade, inclusive as que se referem aos gêneros. Por conta disso, é preciso de fato que sejam criados ambientes menos hostis e mais acolhedores no espaço da escola, sendo esta uma maneira de não expulsar quem é considerado/a diferente do padrão da heteronormatividade, tornando a instituição mais inclusiva, concepção que aparece na fala dos/as entrevistados/as.

Outros/as dois/duas profissionais declararam que consideram importante abordar o conceito de identidade de gênero em sala de aula, pois é um assunto que está em voga na atualidade e é preciso que o debate seja ampliado.

Por fim, um/a professor/a acrescenta que não procura discutir a temática durante as aulas de Geografia, visto que se trata de um tema muito amplo e a carga horária da disciplina nas escolas é curta, o que de fato acontece. Por conta da retirada do conceito de gênero da BNCC (BRASIL, 2018), percebe-se mesmo uma grande dificuldade em abordar tais questões, pois o currículo prescrito não estabelece uma obrigatoriedade quanto a isso, principalmente quando, por parte do/a professor/a, não existe o interesse em abordar o assunto. Entretanto, faz parte da docência consciente e crítica atuar de modo a sensibilizar os/as estudantes para o reconhecimento e a valorização da diversidade, uma vez que o saber geográfico deve auxiliar na construção do

conhecimento crítico e reflexivo, de modo que possam realizar análises mais complexas em relação ao espaço geográfico, considerando os agentes sociais e suas diversas formas de ser e existir.

Portanto, foi também questionado aos/às docentes, se eles/as acreditam que é possível relacionar o conceito de identidade de gênero com os conteúdos geográficos, como mostra o Quadro 3 na sequência.

Quadro 3: Respostas referentes à união do conceito de identidade de gênero com os conteúdos geográficos

Número de respostas	Respostas
9	Sim. Unindo com os conceitos de população, divisão sexual do trabalho, segregação espacial, violência urbana, <i>bullying</i> , vulnerabilidade social, diversidade, novos arranjos familiares, conflitos culturais, produção de vídeos e materiais acerca do assunto, sistemas de opressão, apresentação de mapas de violência de gênero.
1	Até pode ser. Mas como não tenho interesse, não me aprofundo no assunto.

Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Autoras, 2021.

Ao se visualizar o Quadro 3, observa-se que 9 professores/as acham possível inserir o conceito de identidade de gênero nas discussões da Geografia Escolar. E ainda alguns conteúdos foram citados pelos/as entrevistados/as como exemplo, sendo um deles a divisão sexual do trabalho, com o/a docente explicando ainda que a divisão se mostra de maneira específica quando se analisam os trabalhos remunerados e não remunerados, realizados em sua maioria por mulheres, em especial nos serviços domésticos e no cuidado com os/as filhos/as, o que dificulta significativamente a entrada delas no mercado de trabalho formal (BIROLI, 2016). Mas é necessário destacar, também, o fato de que não é apenas o gênero que segrega as pessoas no mercado de trabalho, mas também a raça, conforme Almeida (2018) destaca, ao dizer que o racismo atua de maneira a frear as possibilidades de as pessoas negras se inserirem e ascenderem nas empresas e instituições.

Por conta disso, também pode ser relacionada a identidade de gênero com o conceito de vulnerabilidade social, conteúdo citado na entrevista, pelo fato de mulheres, especificamente as negras, serem as que mais encontram empecilhos de ingresso no mercado de trabalho formal, pois estão presas aos trabalhos não remunerados (MELO; BANDEIRA, 2005). É preciso salientar, também, que existem outros gêneros que precisam ser analisados sob essa ótica, como é o caso dos transgêneros, uma vez que a maioria

(90%) recorre à prostituição para sobreviver, como mostram dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), vivendo em condições de extrema vulnerabilidade.

Outro exemplo dado na entrevista foi a segregação espacial, que também pode ser relacionada ao conceito de gênero, pois se sabe que diferentes identidades possuem distintas percepções em relação aos espaços, conforme a hierarquia produzida pelo patriarcalismo. Por exemplo, pode-se relacionar, ao conceito anterior de divisão sexual do trabalho, o fato de que os espaços públicos sempre foram – e ainda são em alguns momentos – destinados aos homens que ocupam posições de poder, enquanto os espaços privados são considerados como os “espaços femininos” (DEL VALLE; RAMOS, 2017). Também se deve ressaltar que mulheres têm dupla jornada de trabalho, ou seja, o trabalho de organização do lar e o remunerado. Então, elas precisam conciliar as inúmeras atividades, e isso acaba prejudicando sua mobilidade espacial e, automaticamente, sua autonomia.

Sobre o conteúdo geográfico que se aplica na discussão das diversas formas de opressão, é importante mencionar o conceito de interseccionalidade, como aponta Hirata (2014), que corresponde à interdependência entre identidades, relações de poder e, conseqüentemente, cruzamento de opressões, o que gera a produção de um quadro desigual, vinculado a privilégios de um lado e subalternidades do outro. Portanto, observa-se, mais uma vez, que a abordagem crítica dessa relação precisa ser feita, pois, quando não ocorre, os múltiplos sistemas de opressão são reforçados e torna-se imperativo que tais debates façam parte do currículo escolar da educação básica, na disciplina de Geografia como sabiamente aponta um/a entrevistado/a.

Em seguida, têm-se também os exemplos de violência urbana, em que os/as professores/as podem se utilizar de dados como o de feminicídio no Brasil, por exemplo, que, para Velasco, Caesar e Reis (2020), tem crescido nos últimos anos (em 2019, o número de casos registrados foi 7% maior do que no ano anterior, chegando a 1.314 notificações). Mais uma vez, é necessário destacar a presença do racismo, visto que os dados apresentados pelo *Atlas da Violência de 2019* (IPEA, 2019a) especificam que, entre os anos de 2007 e 2017, enquanto a taxa de homicídio cresceu 4,5% entre mulheres não negras, entre as pretas e pardas (negras), esse aumento foi de 29,9%, representando 66% das mulheres assassinadas no país em 2017.

No que diz respeito aos conceitos de população e diversidade, fica muito evidente a abordagem da identidade de gênero, uma vez que, como já salientado anteriormente, é preciso que se compreenda como todos/as os/as agentes sociais

produzem o espaço geográfico. Paralelamente, o ensino de geografia também deve agir de maneira a enfrentar as desigualdades/iniqüidades, presentes na vida dos/as estudantes e no ambiente escolar, e reconhecer e valorizar toda diversidade de gêneros que compõem a sociedade, constituindo-se, assim, como uma das formas de enfrentar as diversas violências.

Os novos arranjos familiares surgem também como um dos exemplos dados pelos/as professores/as como uma maneira de abordar o conceito em sala de aula, e isso se mostra bastante evidente, pois se percebe que a visão acerca da estrutura familiar tem sido alterada em relação àquilo que, por muito tempo, se considerou como “normal”. Nesse momento da história, 45% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres (IPEA, 2019 b), 63% deles, por mulheres negras que estão abaixo da linha da pobreza, sendo assim “o modelo patriarcal de família, caracterizado pelo arranjo composto por pai, mãe e filhos que convivem sob a égide da autoridade do primeiro sobre os demais, está em crise” (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007) e deve ser problematizado na educação geográfica.

Ademais, alguns/umas dos/as entrevistados/as também direcionaram suas respostas aos materiais didáticos que podem ser realizados com os/as estudantes a partir do estudo da identidade de gênero, como produção de vídeos e outros materiais e apresentação de mapas de violência de gênero.

Por fim, um/a dos/as entrevistados/as salienta que é possível relacionar o conceito com os conteúdos geográficos, mas, como não se interessa pelo assunto, não o aprofunda em suas aulas. Acredita-se que esse posicionamento não é o ideal pelo fato de que a desigualdade e a violência de gênero, como demonstram vários estudos, é muito presente na sociedade brasileira, e se a Geografia deixa de discutir tais conteúdos em sala de aula, pode incorrer no reforço de uma sociedade patriarcal e machista, indo de encontro às premissas de uma educação geográfica libertadora e inclusiva.

A respeito das dificuldades e impedimentos para trabalhar com a temática no ambiente escolar, foi questionado aos/às docentes se eles/as já sofreram com algum empecilho ou não aceitação por parte das instituições ou até mesmo dos/as educandos/as referente ao tema, como mostra o gráfico da Figura 2, a seguir.

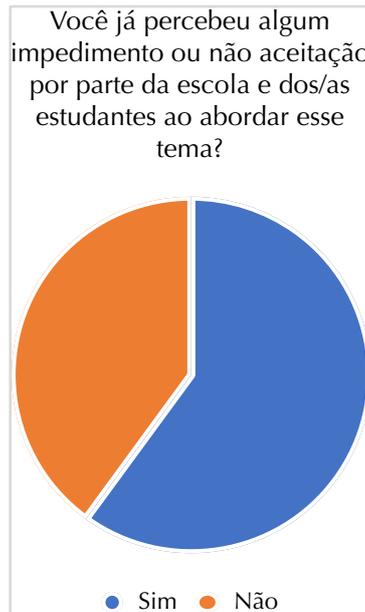


Figura 2: Impedimento por parte da escola ou dos/as estudantes ao abordar a identidade de gênero  
Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Autoras, 2021.

Portanto, pelo que se observa no gráfico da Figura 02, mais da metade dos/as profissionais entrevistados/as já sofreu algum impedimento na tentativa de abordar a temática em sala de aula, enquanto 4 deles/as negaram ter vivenciado a mesma situação. Isso pode estar relacionado ao próprio fato de que, desde que foi sancionada a BNCC, tem-se intensificado a dificuldade em abordar o tema na educação básica. Também se observa que, como visto anteriormente, as igrejas cristãs têm um discurso massivo contrário ao que denominam como “ideologia de gênero” e que, por se tratar de uma instituição de grande influência em parte das famílias brasileiras, acaba por influenciar a percepção dos/as alunos/as a respeito disso. Ademais, a mentalidade da população como um todo, incluindo crianças e jovens, tem sido alimentada, nos últimos tempos, principalmente pela mídia e pelo governo atual, no caso do Brasil, com discursos de ódio e de repúdio a várias pautas ligada ao respeito, reconhecimento e valorização da diversidade, incluindo a identidade de gênero, sendo assim, as pessoas passam a acreditar que esse conceito é utilizado apenas para doutrinar os/as estudantes.

Então, a última pergunta realizada no questionário, foi especificamente se os/as docentes sabem os motivos da retirada do conceito de identidade de gênero da BNCC, como é possível observar no Quadro 4.

Quadro 4: Retirada do conceito de identidade de gênero da BNCC

Número de respostas	Respostas
1	Desconhecimento do tema
8	Falso moralismo em nosso país, em que qualquer discussão sobre as minorias causa repulsa, pois é mais fácil continuar oprimindo e negando a importância de determinadas pautas em prol de interesses próprios/governo que "persegue qualquer ideologia" no entanto é extremamente ideológico/ preconceito de grupos eleitos ligados à Igreja/ ala conservadora da política brasileira/sociedade atual é conservadora/ permanência da visão conservadora da sociedade/ pressão popular da sociedade/ conservadorismo da sociedade brasileira/preconceito.
1	Não sei responder

Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Autoras, 2021.

Por conseguinte, podem-se entender alguns aspectos atribuídos pelos/as profissionais à retirada do conceito de identidade de gênero da Base Nacional Comum Curricular. O argumento mais utilizado é de que as forças conservadoras, tanto no âmbito do poder político, da igreja, como por sua capilaridade na sociedade, compõem a explicação mais plausível para a não incorporação desse conceito no currículo da educação básica. Sendo assim, em sua maioria, os/as entrevistados/as estão atentos/as sobre as disputas na construção do currículo nacional, um fato muito positivo no caminho de mover-se criticamente como um/a professor/a de Geografia.

Os/as professores/as também relacionam a retirada da identidade de gênero da BNCC com o fundamentalismo religioso e o moralismo dos governos brasileiros, principalmente nos últimos anos, como, por exemplo, os políticos evangélicos e católicos ligados diretamente à "bancada da Bíblia" no Congresso Nacional, que atualmente conta com 120 representantes, entre deputados/as e senadores/as. Essa união se dá pela força que o cristianismo possui no Brasil, alguns políticos percebem essa junção e investem em discussões conservadoras, utilizando os dogmas religiosos, com o objetivo de angariar votos e de serem bem aceitos pela população (OLIVEIRA, 2020). Ainda é preciso destacar o fato de que, para Junqueira (2016), a Igreja Católica foi a primeira instituição a se posicionar contrária aos estudos de gênero, pois argumentava que isso se tratava de uma afronta à família tradicional.

Observa-se que, entre as respostas dos/as docentes, que dois/duas deles/as relacionam a retirada do conceito ao fato de que muitos/as têm desconhecimento acerca do assunto, o que pode reforçar certos posicionamentos errôneos quanto à leitura dessa

problemática. Por fim, um/a dos/as entrevistados/as não soube responder à questão, ainda que o currículo da BNCC faça parte do dia a dia da profissão e das escolas.

A partir da análise das respostas obtidas com a aplicação dos questionários, é evidente que a maior parte desses/as profissionais atenta para a temática da identidade de gênero, contribuindo de maneira significativa para a construção do conhecimento crítico, mesmo sofrendo diversas represálias e impedimentos.

### **Considerações finais**

Percebe-se que as discussões acerca do conceito de gênero foram difundidas a partir da década de 80 do século passado, paralelamente ao movimento ambientalista, ecológico, de direitos dos povos indígenas, etc. Então, nesse momento, para Scott (1989), havia uma busca pela afirmação dos estudos e teorias feministas nos espaços acadêmicos e, já nesse período, essa busca estava relacionada às identidades subjetivas. Essa iniciativa gerou, por outro lado, uma reação conservadora que, em um primeiro momento, foi alimentada em especial pela Igreja Católica com atuação do Papa João Paulo II, na tentativa de barrar a propagação dessas ideias, distorcendo e deslegitimando pesquisas científicas.

Observa-se, portanto, a relação dialética desses projetos de mundo, um de cunho mais progressista e emancipatório, que tem como objetivo problematizar as desigualdades de gênero, que são materializadas nas relações socioespaciais, e que age de modo a fomentar uma consciência crítica de um número cada vez maior de pessoas ante as injustiças sociais; e o outro conservador e reacionário, que atua de maneira a perpetuar uma sociedade patriarcal e, portanto, imersa em iniquidades. Tais projetos estão postos atualmente na educação brasileira, e a educação geográfica não está alheia a essa disputa.

Por conseguinte, ao realizar esta pesquisa, foi possível perceber as concepções de alguns/as professores/as de Geografia do município de Londrina a respeito da discussão sobre o conceito de *identidade de gênero* e a importância de abordá-lo durante suas aulas. Conclui-se que a maioria entende a importância da discussão e que é possível integrá-la aos conhecimentos geográficos, mesmo que nem todos/as compreendam essa conceituação, quando, por exemplo, a tomam como sinônimo de orientação sexual.

Ao longo da escrita e da organização dos dados coletados, foi possível perceber também que esses/as profissionais veem um impedimento e a não aceitação por parte das escolas e educandos/as ao abordar esses temas, levando em conta que o termo

“ideologia de gênero” foi muito difundido pela mídia e por grupos reacionários nas igrejas cristãs, além de grupos da sociedade civil organizada como o Movimento Brasil Livre e o Movimento Escola Sem Partido nos últimos anos. Reduziu-se o conceito a algo apenas político de que os/as professores/as se apropriariam para doutrinar os/as estudantes. A respeito disso, também é necessário destacar o fato de que a discussão referente à identidade de gênero foi retirada da BNCC (BRASIL, 2018), o que dificultou ainda mais o tratamento da temática em sala de aula.

Mas existem outros caminhos legais para uma educação emancipatória no Brasil, visto que as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, ainda válida, especifica que todos/as os/as agentes do ambiente escolar e educacional devem trabalhar com vistas a construir uma educação democrática e que leve em conta as diferentes entre as pessoas, sejam elas de origem nacional, étnico-racial, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas, escolhas de credo, etc. (BRASIL, 2013 b).

Por fim, mesmo com todos os impedimentos e represálias, a maioria dos/as entrevistados/as ainda destacou a importância e a riqueza de significados que o conceito traz para os conteúdos de Geografia, tornando as análises mais holísticas, além de serem destacadas diversas maneiras pelas quais é possível integrar o conceito com os conteúdos da disciplina.

## Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de Patriarcado na Sociologia Clássica e no pensamento sóciopolítico brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 161-191.
- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALZAMORA REVOREDO Mons. Oscar. S.M. [Obispo Auxiliar de Lima]. **La ideología de género: sus peligros y alcances**. Lima, Perú, abr. 1998.
- ANTRA. **Assassinatos de pessoas trans voltam a subir 2020**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/noticias/>. Acesso em: 25 out. 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, jul./set., 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2016.
- BNCC (BRASIL, 2017)?**
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF, 2013 a.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF, 2013 b.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia escolar e a construção de conceitos no ensino. In: \_\_\_\_\_. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998. p. 87-137.

COSTA, Fernanda Ortiz; ANTONIAZZI, Adriane Scomazzon. A influência da socialização primária na construção da identidade de gênero: percepções dos pais. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 16, p. 67-75, jun., 1999.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL VALLE, Ricardo Mingareli; RAMOS, Fernando Guillermo Vázquez. Território dos Gêneros: A experiência urbana da cidade as margens da dicotomia sexual. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 32, p. 86-102, 2017.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, Stela R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 61-67.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (org.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. p. 13-30.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 26, p. 29-46, 1998.

HIRATA, Helena. Gênero, Classe e Raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jan./jun. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência de 2019**. Brasília, DF, 2019 a. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Acesso em: 4 dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das Desigualdades**. Brasília, DF, 2018 b. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html). Acesso em 06 nov. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero e Orientação Sexual: um esclarecimento. In: \_\_\_\_\_. **Orientações sobre Identidade de Gênero**: conceitos e termos. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação da Biblioteca Nacional, 2012. p. 12-14.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": uma categoria de mobilização política. In: SILVA, Maria Alves da (Org.). **Gênero e Diversidade**: debatendo identidades. São Paulo: Perse, 2016. p. 229-246.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 02, p. 17-23, maio/ago., 2008.

MACHADO, Rafael. STF derruba proibição de ensino de ideologia de gênero nas escolas de Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, ago. 2020. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/stf-derruba-proibicao-de-ensino-de-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-londrina-3014872e.html>. Acesso em: 23 nov.2020.

MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago: Nações Unidas, 2005.

OLIVEIRA, Fábio Falcão. Governo Bolsonaro e apoio religioso como bandeira política. **Revista Brasileira de História das Religiões**. v. 1, n. 37, p. 137-160, maio/ago. 2020.

OLIVEIRA Jr, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Opção ou orientação sexual: onde reside a homossexualidade? In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 3., 2013, Maringá. **Anais ...**, Maringá-PR, 2013. p. 1-12.

PAPA BENTO XVI. **Discurso à Cúria Romana na Apresentação de Votos Natalícios**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2012.

PAPA BENTO XVI. **Discurso à Cúria Romana por Ocasão dos Votos de Feliz Natal** Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2008.

PAPA JOÃO PAULO II. **Carta às Famílias**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1994.

PAPA JOÃO PAULO II. **Carta aos Bispos da Igreja sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2004.

PERUCCHI, Juliana; BEIRÃO, Aline. Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 57-69, dez., 2007.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. **Família, Matrimônio e “uniões de fato”**. Vaticano, 2000.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. **Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. **Poésis Pedagógica**, v. 9, n. 1, p. 7-19, jan./jun., 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Nova Iorque: Columbia University Press. 1989.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019. **G1**, 5 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-femicidios-em-2019.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2020.

VIANNA, Cláudia. BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 1-25, set., 2020.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. As violências sexuais e de gêneros: processos de exclusão vivenciados no espaço escolar. **Revista Café com Sociologia**, v. 6, n. 1, p. 107-123, jan./abr., 2017.

Recebido em 06 de junho de 2021.

Aceito para publicação em 28 de março de 2022.

